

Mulheres-Maria e mulheres feministas: um estudo sobre a história feminina e sua evolução

RESUMO

Este trabalho visa analisar a evolução histórica das mulheres através dos tempos e como suas escolhas revolucionaram seu lugar de existência e fala. Da mesma maneira, traça um panorama histórico que demarca sua singularidade e evolução da mãe até a opção não-mãe. Demonstra a vida escolhida por cada mulher nos seus mais singulares aspectos, mediante as conquistas conseguidas por meio dos movimentos feministas, fazendo um contra-argumento ao mostrar a (re) existência, atual, de significações e face das mulheres transmitidas do passado até a atualidade através da religião e da sociedade machista em que estão inseridas e como a luta diária tem sido uma grande dificuldade.

PALAVRAS-CHAVE: História. Mulher. Movimento. Feminismo. Evolução.

Daiani Scheffer
E-mail:
daiani.scheffer.sc@gmail.com
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana (UNILA), Foz do
Iguaçu, PR, Brasil

Gilson Batista de Oliveira
E-mail:
gilson.oliveira@unila.edu.br
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana (UNILA), Foz do
Iguaçu, PR, Brasil

Carmen Justina Gamarra
E-mail:
carmen.gamarra@unila.edu.br
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana (UNILA), Foz do
Iguaçu, PR, Brasil

Gabriel Eduardo Schütz
E-mail: gabriel@iesc.ufrrj.br
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana (UNILA), Foz do
Iguaçu, PR, Brasil

INTRODUÇÃO

As mulheres, atualmente, são vistas de duas maneiras distintas. A primeira delas é de forma preconceituosa pela sociedade machista e patriarcal, principalmente a partir do momento em que abrem mão de sua vida privada do lar e passam a seguir carreiras profissionais, dedicando-se aos estudos e ao crescimento individual; ou mesmo quando optam por uma família sem filhos, desconstruindo a ideia formada, social e historicamente, de que toda mulher precisa ser mãe e doméstica.

Há alguns séculos, as mulheres eram vistas pela figura de Maria. A partir dessa ideia bíblica de perfeição feminina, a Igreja Católica colocou em seus ensinamentos a idealização da mulher a partir da figura da mãe de Jesus, uma mulher séria, submissa, casta e virgem. Com isso, a figura feminina passou a ser idealizada em sua plena perfeição, devendo ficar reclusa no meio doméstico, formando-se mãe e esposa e excluindo sua figura do plano público, habitado, essencialmente, por homens. Por séculos, a sociedade patriarcal/machista adotou e manteve essa concepção de mulher perfeita que, ainda, se reproduz nos meios religiosos.

Analisando sob a ótica dessas mulheres, era necessário e vital por um fim nesse mecanismo de controle e submissão masculina, social e religioso pregado durante séculos às mulheres. A religião foi de essencial influência para que a vida dessas mulheres constituísse um status feminino; uma vida com regras a serem seguidas para o pleno acesso a Deus e ao céu. Contudo, os movimentos feministas do século XX, inspirados pelo Iluminismo, pela Revolução Francesa, Americana e pelas revoluções feministas da Europa mostraram às mulheres que existem opções. No Brasil, portanto, muitas foram as mulheres que lutaram de frente contra a formação da sociedade patriarcal/machista que ainda está em voga.

Este artigo tem por objetivo analisar o processo histórico de formação e desenvolvimento da figura feminina em meio às lutas por desconstrução histórica, igualdade e opções como a não-maternidade que assolam as regras sociais até os dias de hoje. Focaremos, então, a evolução do conceito de mulher através dos tempos, mostrando sua evolução e constituição de si como sujeito agente, doméstico, profissional, estudante e feminista.

O PAPEL SOCIAL FEMININO E A IDEIA DA MATERNIDADE PRECONIZADA PELA SOCIEDADE E PELA IGREJA CATÓLICA

A mulher ideal: uma concepção religiosa e histórica sobre o papel feminino no cotidiano

A construção histórica e social da maternidade pode ser compreendida a partir da Bíblia e da História de Maria, mãe de Jesus, que influenciou e ainda influencia as relações e constitui os papéis sociais. Maria, segundo a Bíblia, constrói a maternidade a partir do estereótipo de mulher feminina. Dessa maneira, forma um mito sobre a mulher-mãe perfeita, casta, virgem e temente a Deus. Maria era mãe por excelência. E não somente de Deus, era mãe de todos (VÁSQUEZ, 2014).

O primeiro discurso utilizado para designar os papéis sexuais e sociais é o de matriz filosófica grega. Esse discurso é seguido pelo religioso que construiu a figura

de Adão e Eva e a história de sua expulsão do paraíso. Essa simbologia retratada na Bíblia foi e ainda é utilizada para designar papéis e posições de gênero, criando representações femininas. A dualidade se forma entre Eva pecadora e a Virgem Maria assexuada. Os fundadores dos discursos são, em maioria, homens que representam, numa relação de poder, o gênero feminino. São discursos que criam raízes (COLLING, 2015).

Foi por meio do papel social construído historicamente que Maria, mãe de Jesus, se configurou em uma mulher santa que superou o pecado original de Eva. A partir de então o ato materno passou a ser idealizado por sua singularidade e pureza. Os filhos deveriam, sempre, estar em primeiro lugar junto do marido. As mulheres precisavam ser como Maria; recatadas, do lar, generosas, compreensivas e sofrer de maneira silenciosa (VÁSQUEZ, 2014). A naturalização do amor materno impõe às mulheres um modelo de abnegação e resignação característico da “santa”. A ideia da mulher como “mártir da modernidade”, ou seja, aquela que nasceu para o sofrimento, que deve sacrificar-se constantemente traz Maria como modelo. A Virgem Santa suportou todas as dores de mãe, portanto, é o exemplo a ser seguido (VASCONCELOS, 2015).

O culto à Virgem Maria está associado à defesa da virgindade. Nos escritos dos padres do século XII há uma hierarquia das pecadoras. Tendo a virgindade como “medidor” da pureza feminina, considera-se que nesta hierarquia as casadas estão em primeiro lugar - ainda que copulem apenas por obrigação, já perderam o seu bem mais precioso -, em segundo estão as viúvas - que embora não mais copulem, já não possuem sua virgindade – e, finalmente, consideradas pecadoras apenas pela sua origem, estão as virgens. Estas são aconselhadas a assim permanecerem, pois são as preferidas de Jesus (VASCONCELOS, 2015).

A tradição cristã judaica colaborou decisivamente para a inculcação da inferioridade feminina. O relato da criação da mulher, da sua parte na tentação de Adão e da conseqüente expulsão divina, acarretando numa maldição sobre toda a humanidade, foi devastadora sobre a imagem do feminino. E é justamente dessa condenação que vem a impureza da mulher, concretizada em períodos de menstruação e parto, estando proibida de frequentar templos e acusada de macular coisas que tocasse. Durante muito tempo, imaginava-se que o toque da mulher menstruada transmitia a lepra e a concepção de filhos neste período geraria monstros (COLLING, 2015).

A Igreja mantém o mito de Eva como marca original da impureza feminina, inculcando a ideia de que as impuras devem usar o véu como marcas de vergonha e compromisso de bom comportamento e submissão. O apóstolo São Paulo aconselha a mulher a aprender em silêncio e submissão: “Não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Que se mantenha em silêncio, Adão foi criado primeiro, e depois Eva. E Adão não foi seduzido, mas a mulher foi-o para o pecado. Apenas se salvará pela geração de filhos, se permanecer na fé, caridade e santificação com sobriedade”. Da mesma maneira, São Tomás de Aquino reforça a submissão feminina dizendo “(...) que é uma deficiência da natureza e, por natureza, de menor valor e dignidade que o homem” (COLLING, 2015).

Todos os trabalhos e calamidades que padecemos na vida, toda a corrupção e misérias a que estamos sujeitos na morte, todos os males, penas e tormentos, (...) tiveram seu princípio e trazem sua origem desde o pecado, por isso chamado

original. De toda esta infelicidade foi causa uma mulher, e que mulher? Não alheia, mas própria, e não criada em pecado, mas inocente, e formada pelas mãos do mesmo Deus. (...) Todas as dores, todas as enfermidades, todas as fomes, todas as pestes, e guerras, todas as destruições de cidades e reinos, todas as tempestades, terremotos, raios do céu e incêndios, (...) que outro princípio ou causa tiveram, senão a intemperança e castigo daquela mulher, não tomada ou roubada a outrem, senão própria, e dada pelo mesmo Deus ao homem: mulier quam dedisti mihi (Gn 3,12 *apud* COLLING, 2015).

A Idade Média e as sociedades pagãs tradicionais associavam a mulher à imagem do demônio. Foi com a reforma gregoriana, ao fim da Idade Média, instituído o celibato dos padres e tendo início uma literatura misógina que dicotomizou Eva e Maria. Com isso, ocorreu essa diabolização da mulher que passou a ser representada por Eva, símbolo do pecado e da tentação (DELUMEAU, 1990). Em sentido oposto, emerge a tendência do fortalecimento do culto à Maria.

A Igreja na Idade Média caça “bruxas” ao mesmo tempo em que recolhe nos seus conventos mulheres privadas de apoio masculino envolvidas em guerras. As mulheres que foram perseguidas pela Igreja Católica, em especial, eram as detentoras de conhecimentos sobre sexualidade. Eram tidas como mulheres luxuriosas, fontes do mal e do pecado que precisavam desaparecer. No século XIX, ao lado da nova visão de sexualidade, mostrava-se, também, um modelo de domesticidade que transformava as mulheres em “anjos do lar”. O Concílio de Trento (1545-1563) acabou por definir o caráter sacramental do casamento, comportando mudanças que forçam o controle da moralidade sobre as mulheres. (COLLING, 2015). As mulheres que transgrediam o modelo esposa-mãe-dona-de-casa-assexuada eram consideradas uma alteração no quadro da normalidade da mulher e eram culpadas pela sociedade. Neste mesmo século, a preocupação com estas mulheres era cada vez maior, sendo necessário, pois, adestrá-las (VASCONCELOS, 2015).

Educação dos corpos

Discursos médicos da época, realizados por homens revestidos com capas de cientistas que reafirmavam a tradição aristotélica e hipocrática, retratavam a anatomia e fisiologia feminina mediante a comparação inferiorizada com a anatomia dos homens, ou seja, mostravam os órgãos sexuais femininos como sendo o inverso dos masculinos, explicando-os por uma falta de calor responsável pelo não crescimento desses órgãos, mantendo-se interiores. Arelado ao discurso religioso, o útero era tido como um órgão que dava identidade à mulher e explicava as características fisiológicas e psicológicas vulneráveis. Os movimentos do útero, então, como um animal, justificavam a histeria feminina ao se agitar por todo lado em convulsões violentas (COLLING, 2015). Ao interpretar o corpo da mulher desta maneira, a redução da mesma ao seu sexo transformou-a em submissão implícita ao homem.

Nos fins do século XIX, uma parte da comunidade médica passou a se debruçar ao cuidado com as mulheres, os quais eram reforçados pelo cientificismo-higienista que expandia o controle dos corpos femininos sobre a família, normatizando-os e fazendo toda sorte de procedimentos, disciplinando a

sociedade e ordenando sobre sexo e prazer (MATOS, 2000). Ocorrendo uma pressão social intensa sobre a educação dos corpos femininos, como pontuava Foucault (1985). Ressaltando ainda a ideia medieval “...de mostrar as mulheres que a sua saúde física e emocional estava associada à sua função maternal, sendo, portanto, guardiã das virtudes e dos valores eternos” (COLLING, 2015).

Já na segunda metade dos oitocentos, a prática medicinal passou a enfatizar o diagnóstico e o tratamento de enfermidades do corpo feminino, surgindo, então, a Ciência da Mulher. Diante dessa perspectiva, as mulheres passaram a ser reconhecidas por suas particularidades que exigiam zelo e médicos mais humanos. Dessa maneira, desenvolveram-se outras especialidades médicas veiculadas aos tratamentos cirúrgicos de órgãos femininos para o controle dos desejos e o aumento do conhecimento sobre o corpo da mulher (MARTINS, 2000). Formaram-se, então, as especialidades da Ginecologia e da Obstetrícia (VÁSQUEZ, 2014).

A articulação entre medicina e maternidade se construiu como argumento de disciplina para práticas feministas concebidas como perigosas e ultrapassadas. Com isso, os médicos respondiam a dúvidas sobre gravidez e cuidado com bebês (VÁSQUEZ, 2014).

A partir de 1960, no Brasil, o parto hospitalar e as consultas viraram rotina e, com isso, a maternidade e a infância começaram a ser preocupação de políticas públicas. Os discursos médicos e religiosos, então, uniram-se em prol da definição do que era ser mulher e mãe, ainda deixando de lado a voz feminina (VÁSQUEZ, 2014).

No século XXI, entretanto, o ideal de mulher-mãe preconizado pela sociedade e pelas igrejas ainda (re)existe. Tanto a Católica quanto a Protestante, as demais igrejas, continuam idealizando mulheres-mãe, concebendo e formando a ideia de mulheres puras e castas como a Virgem Maria, sendo este o caminho e a verdade absoluta a ser alcançada por todas como forma de se redimir dos pecados (VÁSQUEZ, 2014).

Mulheres-mães

As mulheres, por questões e motivos culturais, sempre estiveram expostas desde a infância a práticas que reforçam a naturalização da maternidade compulsória, sendo ela uma maneira de reafirmar a identidade feminina. A maternidade é romantizada e desconsidera os debates acerca de pressões que as mulheres sofrem e vivenciam por conta da privatização de atividades diversas. As mães também deviam ser esposas ideais. Viviam uma realidade de tripla jornada de “trabalho” que lhes tirava o sono, a saúde e a alegria de viver, visto que não eram reconhecidas. Eram, por isso, tachadas por egoístas, o que lhes afundava ainda mais num poço de culpa aterrorizante que as sufocava, muitas vezes, de raiva.

As mulheres foram interpeladas a exercer a função social limitada à vida doméstica e confinamento ao espaço privado do lar. Permaneceram reduzidas à força de seu sexo e domesticadas para a nulidade de seus desejos mais íntimos para que não destruíssem a ordem familiar (KEHL, 2008).

O efeito de se anular em função do outro, viver o modelo construído de mulher abnegada aos cuidados do lar, do marido e dos filhos e filhas, muitas vezes

causa adoecimentos psicológicos, emocionais e físicos (CAPORAL, [200-]). A vida das mulheres esteve durante muito tempo condicionada a uma estrutura criada pela concepção masculina que determinava comportamentos e ações anulatórias de si mesma. Viviam sua identidade feminina através da biologia do seu corpo. Essa identidade foi definida por distintas representações sobre a maternidade biologicamente fundamentadas (ARÁN, 2003; BEAUVOIR, 1980; COLLING, 2004; WOODWARD, 2000).

No momento em que algumas mulheres tentavam quebrar a norma da maternidade imposta e, se recusavam a levar adiante a gestação, por exemplo, eram condenadas no plano moral, sendo afastadas das amigas e dos relacionamentos, tendo seus corpos e vidas vasculhadas e violadas por juristas, médicos e “curiosos” (VÁSQUEZ, 2014). A recusa da maternidade causava questionamentos e choca a sociedade até os dias de hoje.

OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E SUAS PECULIARIDADES

Os movimentos feministas do século XX começaram a contestar a ideia da construção do sentimento materno criado pela Igreja Católica e pelos médicos das décadas passadas. Foram movimentos modernos que tiveram inúmeras influências, como o movimento iluminista e das concepções de transformação efetivadas a partir da Revolução Francesa e Americana almejando igualdade de direitos sociais e políticos. A ideia de igualdade entre os homens levou o movimento feminista a compreender que também era de direito uma igualdade entre homens e mulheres. Essa luta por igualdade iniciou-se no processo jurídico em que os movimentos reivindicavam a igualdade de direitos e acesso ao voto (VÁSQUEZ, 2014).

A discussão sobre a maternidade começou a partir do momento em que deixou de ser puramente um fenômeno biológico e passou a ser uma reflexão sobre o sentimento da afetividade, onde encontrava-se o amor materno e incondicional. Construiu-se, então, a ideia de que a mulher possuía dupla tendência à maternidade – uma biológica e outra afetiva. Isso gerou – e ainda gera – complexas colocações e críticas quando uma mulher se posiciona contrária à gravidez (VÁSQUEZ, 2014).

O movimento da década de 60 reivindicava a inserção das mulheres no mercado de trabalho e nas áreas dedicadas ao estudo. A vida feminina passa, então, a ser reconfigurada com um novo papel que envolve a área profissional e o sustento da família. A pirâmide de sustento familiar não tem mais a figura “paterna” no topo. As mulheres, agora, tornaram-se independentes. Contudo, a pressão social em cima delas ainda é muito grande, diminuindo, muitas vezes, sua força de seguir em luta (CAPORAL, [200-]) Tourinho (2006, p. 5) afirma:

[...] pode-se frequentemente identificar sentimentos de dúvida e ambivalência no discurso espontâneo das mulheres contemporâneas quando se vêm envolvidas com as questões da maternidade. Muitas se culpam por não sentir ou não agir de acordo com os modelos valorizados na sociedade, com normas inconscientemente internalizadas que se reproduzem através das gerações, integram a subjetividade feminina e

modelam papéis. Estas mulheres podem se sentir assim por não amarem incondicionalmente seus filhos, sentirem raiva ou frustração pelo nascimento de uma criança, o que não corresponde àqueles ideais normativos internalizados.

Quando as mulheres decidem não ter filhos, ocorre uma quebra de paradigmas – a idealização da maternidade é rompida. Essa decisão é considerada como contrária à natureza feminina. As mulheres que assumem essa postura são alvo de críticas e julgamentos tanto da sociedade em geral, como pela própria família; não esqueçamos que vivemos em uma sociedade regrada, patriarcal e machista que oprime o gênero oposto, matando seus desejos e suas vontades mais profundas.

Além disso, nessa sociedade, todo o processo da maternidade deve envolver apenas o exercício maternal, excluindo o pai das obrigações e conduzindo seu papel apenas ao trabalho e sustento financeiro familiar. Esse processo ainda passa pela afirmação das atividades domésticas – ou seja, do cuidado com a casa -, de onde os homens também são excluídos, ficando, exclusivamente, o ato de cuidado voltado às mulheres-mães (CAPORAL, [200-]).

A maternidade deveria ser discutida de forma intensa tanto pelas mulheres como pelos homens. Essa discussão ainda é uma condição que não ocorre na sociedade em geral devido ao fato da maternidade ser sempre romantizada, exibida com alegria, tida como um momento mágico, divino, que constitui o ápice da felicidade feminina (CAPORAL, [200-]). Sobre as mães são colocadas grandes expectativas que, geralmente, não são alcançadas, virando um tabu. Mattar e Diniz (2011, p. 111) afirmam que a romantização da maternidade é uma forma de reproduzir a opressão de gênero: “(...) faz-se necessário criar condições para que a maternidade seja exercida em um contexto de direitos humanos, isto é, para que ela seja voluntária, segura, socialmente amparada e prazerosa, promovendo, assim, a igualdade de gênero”.

A primeira onda feminista incluía a maternidade como um direito social e individual – século XX. Adotou-se a postura “maternalista”, de modo que as reivindicações versassem sobre os direitos das mães incorporados aos direitos trabalhistas, como a luta pela criação da licença maternidade. Vásquez (2014) afirma que a compreensão histórica da maternidade fora ponto crucial para avançar no debate acerca da história das mulheres, mostrando ser, também, fundamental, a compreensão da dinâmica do gênero no trabalho do rompimento com as estruturas sociais.

A segunda onda feminista que teve Simone de Beauvoir e a obra “O Segundo Sexo”, em 1949, contestava o determinismo biológico/destino divino. Defendia a ideia de que “(...) não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949). Era o momento de divisão das águas, onde o feminismo igualitarista da primeira onda se chocava com o feminismo independente da segunda (VÁSQUEZ, 2014).

Para Scavone (2001), foi a partir da segunda metade do século XX que a maternidade começou a ser compreendida como uma construção social que colocava as mulheres na família e na sociedade. As feministas do pós-guerra, então, denunciavam a maternidade como principal meio de controle e dominação do sexo masculino. Nesse momento, a maternidade foi reconhecida como “defeito” por confinar as mulheres à dominação masculina. Era necessária a recusa feminina sobre a maternidade. Com isso, alguns direitos foram descriminalizados,

como o aborto e a revolução da pílula anticoncepcional nos anos de 1960. Surge, então, a identidade feminina como peça fundamental para a construção de si como sujeito ativo social (VÁSQUEZ, 2014).

Contudo, a maternidade na década de 1979, começou a ser percebida como potencial de poder insubstituível feminino. A compreensão da maternidade se articulou à ideia de um poder bio-psico-social, aproximando feministas das demais Ciências Sociais, como a Psicologia e a Antropologia (KITZINGER, 1978).

O feminismo contemporâneo pretende o rompimento com as categorias fixas e fechadas para a ideia da identidade feminina, pois a luta travada contra a opressão sobre a mulher por meio do estereótipo da maternidade se deu contrária à identidade sexual. Acredita-se que o corpo feminino – e a maternidade vinculada a ele – pode ser um dos elementos essenciais na formulação feminina com o mundo. O corpo não define a mulher (VÁSQUEZ, 2014).

Os dados demográficos brasileiros demonstram que a diminuição da taxa de natalidade atrelada ao aumento da escolarização feminina e sua inserção no mercado de trabalho tem gerado alterações nos arranjos familiares, formando, por exemplo, casais que optam pela ausência de filhos no relacionamento e casais com poucos filhos. Isso tem se refletido na classe média da população (BUAES, 2012).

A figura feminina vem ganhando novo status. As mulheres são mães e estão inseridas no mercado de trabalho – se fazendo presente na esfera pública e privada. Por isso, tem crescido o número de mulheres que optam por não terem filhos. Essa escolha tem relação direta com o contexto histórico, econômico, social e cultural em que as mulheres se inserem (BUAES, 2012).

O feminismo no Brasil

Os movimentos feministas têm uma característica marcante e peculiar que é o fato de ser um movimento que produz a própria reflexão e teoria crítica. Pode-se considerar o movimento em dois momentos distintos: o primeiro como um movimento da História do feminismo – da ação feminista – e o segundo como da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e da Psicanálise.

No Brasil, durante a primeira onda feminista, tivemos à frente da luta pelo sufrágio universal a bióloga Bertha Lutz, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Organização que fez campanha pública pelo voto e levou ao Senado um abaixo-assinado pedindo o direito feminino ao voto (PINTO, 2010). Nesse primeiro momento, a fase era tida como de “feminismo bem-comportado” de caráter conservador que não questionava a opressão sobre a mulher (ALVES; ALVES, 2013)

Foi com a abertura democrática dos anos 1980 que as questões feministas brasileiras ganharam destaque e espaço de reivindicação efetiva. Foi um período marcado por uma efervescência de lutas sociais que perpassavam por diferentes temas e pela busca de reformas constitucionais, participação política e transformações institucionais, abrindo possibilidades de luta pelos direitos das mulheres em que pudessem transitar pelo plano normativo e jurídico do país (FARAH, 2004 apud CAMPOS, 2017).

Na segunda onda feminista, o feminismo foi caracterizado como “mal comportado” por reunir mulheres intelectuais, anarquistas e líderes operárias e defender o direito à educação, abordando temas como a dominação masculina, sexualidade e divórcio. Na terceira onda, entretanto, a vertente era a menos comportada, expressando-se por meio dos movimentos de anarquia e do Partido Comunista (ALVES; ALVES, 2013).

Os movimentos feministas brasileiros entravam na fase de efervescência na luta pelos direitos das mulheres através de grupos e coletivos femininos regionais que tratavam de uma gama ampla de temas, como violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, contra o racismo, opções sexuais, etc. Essas organizações também se davam muito próximas a movimentos populares de mulheres “faveladas” que lutavam por educação, saneamento, habitação e saúde, influenciadas pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. O movimento feminista brasileiro teve origem na classe média intelectualizada, mas, ao ter contato com movimentos populares liderados por mulheres das “favelas”, adquiriu novas percepções, discursos e ações (PINTO, 2010).

Deu-se início ao período considerado como terceira onda do feminismo brasileiro que enfatizou as diferenças entre mulheres e suas novas formas de organização. Com isso, os grupos passaram a pensar a necessidade de reconhecimento da diferença não expressas de suas reivindicações, assentadas em um ideal de transformação capaz de impulsionar a luta pela liberdade, igualdade e autonomia com o objetivo de aprofundar a ideia da democracia universal, incluindo o combate à opressão e exploração feminina (SILVA; CAMURÇA, 2010 apud CAMPOS, 2017).

Foi somente a partir de 1983, por meio da criação dos primeiros Conselhos dos Direitos da Mulher, nacional, estadual e municipal (TIMOTEO, 2013) que as mulheres passaram a ter real destaque com o Estado. Nesse momento, grande parte das mulheres passou a buscar uma oportunidade política favorável para agir através dos movimentos sociais em busca de políticas públicas voltadas para si, criando meios de interlocução com o Estado e a sociedade civil (CAMPOS, 2017).

A partir dessas lutas, surgiram novas pautas na agenda pública brasileira. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, os grupos femininos estiveram organizados em todo o país influenciando a elaboração da nova Constituição e ampliação da cidadania para as mulheres. Durante a Conferência de Beijing (1995), a estratégia feminina foi reconhecida como transversalidade de gênero e garantiu a incorporação da melhora no status feminino em todas as dimensões sociais, repercutindo nas esferas jurídicas e administrativas. Assim surgiram as questões e os debates acerca da vida da mulher; saúde, violência, direitos de meninas e adolescentes, geração de emprego e renda, combate à pobreza, educação, trabalho, infraestrutura urbana e habitação, questões agrárias, incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas, acesso ao poder político e empoderamento (CAMPOS, 2017).

O direito ao voto, no Brasil, foi conquistado em 1932, quando da promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro. Ainda no mesmo momento tivemos a onda feminista representada pelas operárias de ideologia anarquista que se reuniram na União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas em manifesto de 1917. Após a queda do movimento na década de 30, o retorno feminista continuou com

Simone de Beauvoir por meio do seu livro “O segundo sexo” de 1949. O movimento feminista organizava as primeiras manifestações com mulheres exiladas em Paris, que entravam em contato com o feminismo europeu e reuniam-se – apesar da oposição dos homens companheiros exilados que consideravam o feminismo como um desvio na luta pelo fim da ditadura e pelo socialismo (PINTO, 2010).

Das vitórias dos movimentos feministas podemos destacar a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), de 1984, que promoveu uma campanha nacional para a inclusão dos direitos da mulher na nova carta de Constituição, assim como a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e, na última década de XX, diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) que têm por intenção intervir junto ao Estado à aprovação de medidas protetoras para as mulheres e a busca por espaços de maior participação política (PINTO, 2010).

As Delegacias da Mulher espalhadas pelo país também foram um ganho significativo dessa luta, da mesma maneira que a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) que gerou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar. É mister, ainda, apontar o surgimento de duas Conferências Nacionais de Política da Mulher – 2005 e 2007 – que produziu alentados documentos de análise sobre a situação da mesma no país (PINTO, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que as mulheres sempre ocuparam um lugar de submissão, seja diante do homem ou da Igreja Católica/Protestante. Diante disso, as mulheres estavam presas a atividades puramente domésticas; um trabalho não valorizado e sequer tido como “trabalho” – muito menos remunerado. Era como uma obrigação feminina que isentava todo e qualquer homem dessa mesma realidade. O papel masculino baseava-se no trabalho de esfera pública e do sustento familiar.

É de grande normalidade que, apesar de toda a luta feminista, as igrejas ainda consigam influenciar, diretamente, na vida de tantas mulheres, atrelando a antiga ideia da mulher santa e recatada. Da mesma forma que o movimento feminista deu às mulheres uma gama diversificada de possibilidades de escolha, a opção pelo que causou à sua luta e organização ainda (re)existe nos atuais dias. Contudo, as mulheres têm estado muito mais presentes em espaços públicos antes voltados, exclusivamente, aos homens.

A conquista do voto, como sendo a primeira conquista do movimento feminista, tem permitido à mulher se inserir no mundo social, político e econômico como uma figura mais do que presente; seja como participante ou atuante na política. Os espaços estão sendo, vagorosamente, preenchidos. Os movimentos feministas vieram mostrar todo o poder feminino e a importância das mulheres neste mundo.

A criação do Estatuto da Mulher Casada de 1962 também foi uma grande vitória do movimento, assim como poder ver diversas mulheres no campo de futebol ou praticando inúmeras outras atividades esportivas. A criação de delegacias da mulher para protegê-las contra a violência doméstica, a criação da

Lei Maria da Penha, a Constituição de 1988 que reconhecia as mulheres como iguais em direito e acessos, a descriminalização da falta de virgindade, a aprovação da Lei do Feminicídio e a criminalização sexual da importunação feminina foram de grande valia. Contudo, a guerra ainda persiste. A mulher é vista sob diversos olhares e, muitos deles com grande preconceito, quando opta por não ser mãe ou sair de casa para trabalhar, ou mesmo quando divide as tarefas domésticas com o parceiro. É uma luta contínua que faz dos movimentos feministas processos de grande resistência, persistência e continuidade, que se refazem, se adequam e persistem com os ideais de desenvolvimento, obtenção de direitos e fortalecimento dos potenciais feminino de todas as mulheres; de forma que elas possam viver uma relação de igualdade em todos os espaços que queiram e desejem se inserir e evoluir.

Feminist women and Maria-women: a study on female history and its evolution

ABSTRACT

This work aims to analyze the historical evolution of women through the ages and how their choices have revolutionized their place of existence and speech. In the same way, it traces a historical panorama that marks its uniqueness and evolution from mother to non-mother option. It demonstrates the life chosen by each woman in its most unique aspects, through the achievements achieved through feminist movements, making a counter-argument by showing the (re) existence, current, of meanings and face of women transmitted from the past to the present through the religion and the macho society in which they are inserted and how the daily struggle has been a great difficulty.

KEYWORDS: History. Woman. Movement. Feminism. Evolution.

Mujeres feministas y maria mujeres: un estudio sobre la historia femenina y su evolución

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la evolución histórica de la mujer a través de las edades y cómo sus elecciones han revolucionado su lugar de existencia y discurso. De la misma forma, traza un panorama histórico que marca su singularidad y evolución desde la opción madre a la no madre. Demuestra la vida elegida por cada mujer en sus aspectos más singulares, a través de los logros alcanzados a través de los movimientos feministas, haciendo un contraargumento mostrando la (re) existencia, actual, de significados y rostro de las mujeres transmitidas desde el pasado al presente. a través de la religión y la sociedad machista en la que se insertan y cómo la lucha diaria ha sido una gran dificultad.

PALABRAS CLAVE: Historia. Mujer. Movimiento. Feminismo. Evolución.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. **IV Seminário CETROS: Neodesenvolvimento, Trabalho e Questão Social**, Fortaleza 2013.
- ARÁN, M. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n.2, p. 399-421, 2003.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BEAUVOIR, S. **Le Deuxième Sexe**. Gallimard, Paris, 1949, vol. II.
- BUAES, Caroline Stumpf; PATIAS, Naiana D. “Tem que ser uma escolha da mulher”! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n.2, p. 300-306, 2012.
- CAMPOS, Mariana de Lima. **Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro**: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. Dossiê Temático, 2017.
- CAPORAL, Bibiana da Roza *et al.* Romantização da maternidade: reflexões sobre gênero. **XXII Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão**: Redes e Territórios. [200-]
- COLLING, A. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, M.N.; CABEDA, S.L.; PREHN, D.R. **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: Edipucrs, p. 13-37, 2004.
- COLLING, A. A construção histórica do corpo feminino. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 28, n. 2 – jul./dez. 2015.
- DELUMEAU, Jean. Os agentes de Satã III: a mulher. In: DELUMEAU. **História do Medo no Ocidente**: 1300-1800. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, pp. 310-349.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1985.
- KEHL, M.R. **Deslocamentos do feminino**. 2 ed., Rio de Janeiro Imago, 2008.
- KITZINGER, S. **Mães**: um estudo antropológico da maternidade. Portugal: Presença, 1978.
- MARTINS, Ana Paula V. “**A medicina da mulher**: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia do século XIX”. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, 2000, pp 113-16. 51.
- MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquia reprodutiva: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, 2012.

MATOS, Maria I. **Em nome do engrandecimento da nação**: representações de gênero no discurso médico. São Paulo, 1930.

PINTO, Céli R.J. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**. São Paulo: 2001.

TOURINHO, J. G. A mãe perfeita: idealização e realidade: algumas reflexões sobre a maternidade. **IGT na rede**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 1-33, 2006.

VASCONCELOS, Vânia N.P. Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. **Revista Ártemis**, n. 3, dezembro de 2005.

VÁSQUEZ, Georgiane. Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v. 3, n. 6, jan-jun, p. 167-181, 2014.

WOODWARK, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T.; HALL, s.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2000.

Recebido: 06-03-2021

Aprovado: 03-11-2022

DOI: 10.3895/cgt.v16n47.13883

Como citar: SCHEFFER, Daiani; OLIVEIRA, Gilson Batista de; GAMARRA, Carmen Justina; SCHULTZ; Gabriel Eduardo. Mulheres-Maria e mulheres feministas: um estudo sobre a história feminina e sua evolução.

Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v. 16, n. 47, p. 122-135, jan./jul. 2023. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

